



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HENRIQUE VITAL LEITE

**ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O DESEMPENHO
FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO: um estudo de caso na Sociedade
Esportiva Palmeiras**

RECIFE

2022

HENRIQUE VITAL LEITE

**ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O DESEMPENHO
FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO: um estudo de caso na Sociedade
Esportiva Palmeiras**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais (DCCA) como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. M.Sc. Marcelo Jota
Gomes

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Leite, Henrique Vital.

Análise do impacto da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho financeiro e o endividamento: um estudo de caso na Sociedade Esportiva Palmeiras / Henrique Vital Leite. - Recife, 2022.

60, tab.

Orientador(a): Marcelo Jota Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, , 2022.

1. Análise Contábil. 2. Gestão. 3. Indicadores. 4. Covid-19. 5. Futebol. I. Gomes, Marcelo Jota. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

HENRIQUE VITAL LEITE

**ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O DESEMPENHO
FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO: um estudo de caso na Sociedade
Esportiva Palmeiras**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais (DCCA) como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. M.Sc. Marcelo Jota
Gomes

Aprovado em: 07/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Jota Gomes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Rodrigo Gomes Bastos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Severino Pessoa dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal da Paraíba - UFPE

Dedico este trabalho às minhas avós, Francisca e Iraci, que agora encontram-se no plano espiritual. Sei o quanto elas estão orgulhosas desta minha realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora da Conceição, que iluminaram os meus passos e me deram amparo e proteção nos dias difíceis.

Agradeço à minha mãe, Mônica Goretti, pelo seu amor incondicional que me trouxe até aqui.

Agradeço à minha irmã e ao meu pai, pela paciência comigo.

Agradeço às minhas tias por todas as orações.

Agradeço à minha namorada, Débora Soares, que me deu o estímulo necessário para eu vencer essa etapa da minha vida.

Agradeço ao time da Audimec Auditores Independentes por alavancarem a minha carreira profissional.

Agradeço aos meus amigos Renan Costa, Armando Fernandes, Steffany Izidoro e Maria Clara, por sempre me ajudarem e acreditarem em mim.

Agradeço ao Professor Marcelo Jota Gomes, meu orientador, que me direcionou neste presente trabalho.

Agradeço aos motoristas do transporte público, por transportarem-me em segurança por todos esses anos.

Agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua luta em promover as oportunidades de acesso à universidade, algo que foi negado aos meus pais e avós.

“A bola não entra por acaso”

(Ferran Soriano)

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade analisar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho financeiro e o endividamento de uma empresa do ramo desportivo, sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria: a Sociedade Esportiva Palmeiras. Dessa forma, foi realizada pesquisa documental, por meio da consulta de livros e artigos, para construir a base teórica sobre a qual o trabalho foi desenvolvido. Realizou-se um estudo de caso, por meio de dados coletados nas demonstrações contábeis e notas explicativas, que foram divulgados pela própria empresa e, em seguida, foram apresentados os resultados obtidos a partir das técnicas empregadas. Os resultados foram analisados a partir de tabelas construídas para atingir o objetivo do estudo. Por fim, conclui-se que o endividamento da Sociedade Esportiva Palmeiras aumentou, em consequência de medidas adotadas para maximizar o desempenho esportivo e manutenção dos empregos no clube, durante o período pandêmico.

Palavras-chaves: análise contábil; gestão; indicadores; covid-19; futebol.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the impact of the Covid-19 pandemic on the financial performance and indebtedness of a non-economic sports company with its own legal personality: Sociedade Esportiva Palmeiras. In this way, documental research was carried out, through the consultation of books and articles, to build the theoretical basis on which the work was developed. A case study was carried out, using data collected in the financial statements and explanatory notes, which were disclosed by the company itself, and then the results obtained from the techniques used were presented. The results were analyzed from tables constructed to achieve the objective of the study. Finally, it is concluded that the indebtedness of Sociedade Esportiva Palmeiras increased, as a result of measures adopted to maximize sports performance and maintenance of jobs at the club, during the pandemic period.

Keywords: accounting analysis; management; indicators; covid-19; football.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise horizontal ativo	41
Tabela 2 - Análise horizontal créditos a receber (circulante e não circulante)	42
Tabela 3 - Análise horizontal passivo	43
Tabela 4 - Análise vertical ativo	44
Tabela 5 - Análise vertical passivo + PL	45
Tabela 6 - Participação do capital de terceiros (PCT)	47
Tabela 7 - Composição do Endividamento (CE)	47
Tabela 8 - Imobilização do patrimônio líquido (IPL)	47
Tabela 9 - Imobilização de Recursos não Recorrentes (IRNR)	48
Tabela 10 - Liquidez Geral (LG)	49
Tabela 11 - Liquidez Corrente (LC)	49
Tabela 12 - Liquidez Imediata (LI)	50
Tabela 13 - Análise Horizontal DRE	51
Tabela 14 - Análise Vertical DRE	52
Tabela 15 - Giro do Ativo (GA)	54
Tabela 16 - Margem Líquida (ML)	55
Tabela 17 - Rentabilidade do Ativo (RA)	56
Tabela 18 - Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCG)	57
Tabela 19 - Capital de Giro Próprio (CGP)	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	17
2.2	METÓDO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	17
2.3	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	19
2.4	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	19
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1	CONTABILIDADE.....	20
3.2	CONTABILIDADE GERENCIAL.....	21
3.3	FERRAMENTAS GERENCIAIS.....	22
3.3.1	Demonstrações Financeiras.....	22
3.3.2	Balanço patrimonial.....	23
3.3.3	Ativo	24
3.3.4	Ativo circulante	24
3.3.5	Ativo não circulante.....	25
3.3.6	Passivo	25
3.3.7	Passivo Circulante.....	25
3.3.8	Passivo não circulante.....	26
3.3.9	Patrimônio líquido	26
3.3.10	Demonstração do resultado do exercício.....	27
3.3.11	Notas explicativas	27
3.4	ITG 2003	27
3.5	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	29
3.5.1	Técnicas de Análise.....	30
3.5.2	Análise horizontal.....	30
3.5.3	Análise vertical	30
3.5.4	Indicadores econômico-financeiros	31
3.5.5	Índices de endividamento e estrutura do capital.....	32
3.5.6	Participação do capital de terceiros (PCT).....	32

3.5.7	Composição do endividamento (CE)	33
3.5.8	Imobilização do patrimônio líquido (IPL)	33
3.5.9	Imobilização dos recursos não correntes (IRNC)	34
3.5.10	Indicadores de liquidez	34
3.5.11	Liquidez geral (LG)	35
3.5.12	Liquidez corrente (LC)	35
3.5.13	Liquidez Imediata (LI)	36
3.5.14	Giro do Ativo (GA)	36
3.5.15	Margem Líquida (ML)	37
3.5.16	Rentabilidade do Ativo (RA)	38
3.5.17	Indicadores de Atividade	38
3.5.18	Financiamento do Capital de Giro	38
3.5.19	Necessidade Líquida do Capital de Giro (NLCG)	38
3.5.20	Capital de Giro Próprio (CGP)	39
4	RESULTADOS DA PESQUISA	40
4.1	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	40
4.2	ANÁLISE HORIZONTAL	40
4.2.1	Análise Horizontal do Ativo	40
4.2.2	Análise Horizontal do Passivo	42
4.3	ANÁLISE VERTICAL	44
4.3.1	Análise Vertical do Ativo	44
4.3.2	Análise Vertical do Passivo e Patrimônio Líquido	45
4.4	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DO CAPITAL	46
4.4.1	Participação do Capital de Terceiros	46
4.4.2	Composição do Endividamento	47
4.4.3	Imobilização do patrimônio líquido	47
4.4.4	Imobilização de recursos não recorrentes	48
4.5	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	49
4.5.1	Liquidez Geral	49
4.5.2	Liquidez Corrente	49
4.5.3	Liquidez Imediata	50
4.6.1	Análise horizontal DRE	51
4.6.2	Análise vertical DRE	52
4.7	INDICADORES DE RENTABILIDADE	54
4.7.1	Giro do Ativo	54
4.7.2	Margem Líquida	55

4.7.3	Rentabilidade do Ativo.....	56
4.8	FINANCIAMENTO DO CAPITAL DE GIRO.....	56
4.8.1	Necessidade Líquida de Capital de Giro.....	56
4.8.2	Capital de Giro Próprio.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		58
REFERÊNCIAS.....		59

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, com a grande crise sanitária que atingiu todo o mundo, um dos setores mais fortemente impactados pela pandemia de Covid-19 foi o segmento do esporte. Os reflexos dessa crise abrangeram bilheterias, receitas publicitárias, chegando até a suspensão temporária de competições esportivas. Uma interrupção abrupta no calendário do mundo esportivo que não ocorria desde a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, os clubes de futebol que já apresentavam uma saúde financeira frágil, foram imediatamente atingidos pela instabilidade econômica global, o que impossibilitou o cumprimento de pagamento dos salários (funcionários e jogadores), fornecedores, obrigações tributárias e trabalhistas e encargos sociais. Em consequência desse não cumprimento, houve a incidência de juros e multas, e assim aumentando a proporção das despesas frente às já insuficientes receitas dos clubes.

Os clubes de futebol brasileiro, conhecidos para além de revelarem grandes jogadores para o futebol mundial, outro aspecto que sempre o caracterizou foi a sua gestão ineficiente, nos quais as finanças eram mal gerenciadas e sem responsabilidade, com o intuito de atingir as metas esportivas a qualquer custo.

No entanto, a última década foi marcada por iniciativa de mudar a ótica do futebol brasileiro de apenas um esporte para transformar em um negócio bem administrado, parte disso por influência do desenvolvido futebol europeu. Dentre os clubes se destacaram a Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP), que se consolidou no atingimento de metas esportivas em paralelo com uma gestão eficiente dos recursos financeiros.

No mesmo período, foi estabelecida uma nova interpretação que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais (ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional), aprovada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Diante desse cenário desafiador, associado à constante concorrência das demais agremiações esportivas, bem como o interesse das entidades em captar recursos de

terceiros, em essencial por meio de empréstimos bancários, se faz necessário aprofundar a compreensão das demonstrações contábeis e notas explicativas com foco no diagnóstico da saúde financeira das entidades do ramo futebolístico.

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de grande capacidade para que os gestores, conselheiros, patrocinadores e partes interessadas (stakeholders), obtenham auxílio na tomada de decisão relativas à real situação financeira das entidades esportivas.

Do acima exposto, este estudo pretende realizar a análise das demonstrações contábeis da Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP), no período compreendido entre 2019 e 2020.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Considerando que os problemas decorrentes da pandemia de Covid-19 impactaram de modo negativo os aspectos financeiro e de endividamento, a SEP se viu diante da necessidade de implementar diversas ações com a finalidade de reduzir esses problemas, priorizando o controle do seu endividamento. Desse modo, julga-se pertinente extrair informações (úteis) dos relatórios apresentados pela SEP no sentido de interpretar e traçar uma provável tendência de comportamento dos resultados apresentados ao fim de cada período contábil.

Defronte a um cenário de busca por estratégias assertivas e com a consequente necessidade de direcioná-las para o atingimento de metas por parte da entidade. A partir disso, surge o questionamento: Com o uso das técnicas de análises das demonstrações contábeis e sob a luz da Norma Brasileira de Contabilidade a ITG-2003 que rege as entidades de futebol profissional, é possível avaliar se o grau endividamento do clube Sociedade Esportiva Palmeiras foi reflexo da pandemia ou decisão dos gestores para alcançar maiores resultados esportivos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho financeiro e o endividamento da Sociedade Esportiva do Palmeiras (SEP).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir os aspectos inerentes à norma ITG 2003, que aborda aspectos contábeis dos clubes de futebol;
- Identificar as técnicas de análise das demonstrações contábeis associadas com os aspectos do desempenho financeiro e endividamento das organizações esportivas;
- Verificar o impacto decorrente da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho financeiro e endividamento da SEP, à luz dos indicadores extraídos dos relatórios contábeis e notas explicativas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O futebol brasileiro é uma atividade econômica e social bastante relevante, onde segundo o Relatório do Impacto do Futebol Brasileiro, elaborado em conjunto com a CBF e EY, a indústria do futebol movimentou em 2018 o valor de R\$ 52,9 bilhões representando 0,72% do PIB nacional e geração de 158 mil empregos no período citado.

Entretanto, no final do primeiro trimestre de 2020 foi decretada pelas organizações de saúde a pandemia do Coronavírus e, com isso, as federações de futebol decretaram a suspensão das competições nacionais e internacionais de futebol. O impacto foi grande, principalmente do ponto de vista econômico e financeiro. Diante do período de paralisação, ausência de público nos estádios, diminuição das arrecadações com publicidade e contratos televisivos, acarretou uma redução considerável das receitas dos clubes.

A compreensão e utilização de meios que possam apoiar a tomada de decisão por parte dos gestores, ou o emprego de técnicas de análise que apoiem as partes

interessadas a cogitar direcionar recursos para uma entidade podem ser essenciais para o maior aproveitamento dos recursos disponíveis, sobretudo no período de abalo da cadeia produtiva do futebol com a pandemia da COVID-19.

Com o intuito de contribuir para entendimento do tema, este trabalho se propõe a analisar as demonstrações contábeis de uma empresa do ramo esportivo, a partir da utilização de indicadores econômicos e financeiros. Dessa forma, o presente trabalho justifica-se pela tentativa de realizar a análise das demonstrações contábeis de uma entidade esportiva no pós-pandemia.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois de acordo com Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Portanto, neste estudo buscou-se validar as informações das notas explicativas com a aplicação de indicadores econômico-financeiros às demonstrações contábeis relacionadas à atividade do objeto deste estudo, ou seja, uma empresa do ramo esportivo a partir de análise dos dados coletados nas demonstrações contábeis durante os anos de 2020 e 2021.

2.2 METÓDO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para este trabalho, utilizou-se o método de pesquisa indutivo. De acordo com Gil (2008, p. 10), o método indutivo “parte-se da observação de fatos ou de fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles.”.

Lakatos e Marconi (2011, p. 86) afirmam que:

[...] o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis.

As autoras afirmam ainda que “Indução é um processo por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (1991, p.86).

Dessa forma, este trabalho parte da aplicação das técnicas de análise das demonstrações contábeis, de uma determinada empresa, tentando corroborar com os resultados encontrados com as notas explicativas divulgadas pela companhia.

Na visão de Beuren et al. (2013, p. 92), “A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Neste trabalho buscou-se evidenciar, a partir da utilização de técnicas de análise, informações qualitativas sobre a situação econômico-financeira da entidade analisada, por meio do cálculo de seus índices e identificá-la nas notas explicativas

Gil (2009, p. 51) afirma que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental foi aplicada neste estudo, no sentido de buscar informações nas demonstrações contábeis e notas explicativas de uma companhia do ramo do desporto. Os dados consultados não passaram por nenhuma interpretação prévia, ou receberam algum tipo de tratamento analítico.

Os dados consultados por meio da pesquisa documental serviram como base para a aplicação da técnica escolhida e exposta no referencial teórico.

Gil (2009, p. 76), ressalta que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Já Lakatos e Marconi (2011, p. 276), defendem que o estudo de caso

[...] refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo [...] sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado.

O estudo de caso, de acordo com o exposto pelos autores, é um procedimento adequado para o desenvolvimento deste trabalho, visto que foi realizada uma análise profunda sobre o objeto de estudo: uma empresa do ramo do desporto.

2.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O estudo de caso presente neste trabalho foi realizado a partir de relatórios contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas divulgadas por uma empresa do ramo do esportivo. Serão utilizadas as demonstrações contábeis do ano de 2020.

2.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados serão coletados no site da própria organização. A análise será realizada por meio de tabelas geradas da confecção de planilhas no programa Calc do LibreOffice.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência social que estuda o patrimônio. Não se limita apenas a discussões teóricas e, invariavelmente, leva em consideração a ocorrência de eventos factíveis. Nesse sentido, Sá (1999, p.42) afirma que a “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Assim sendo, Hoog (2016, p.116) afirma que a contabilidade “É uma ciência social, que tem como objeto de estudo a riqueza patrimonial das células sociais, e como objetivo, o estudo dos fenômenos e variações da riqueza, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo.”.

O principal impulso do desenvolvimento teórico contábil é a própria realidade, sendo esta essencial para a construção de modelos que atendam as necessidades do usuário da informação, de forma que esta seja capaz de oferecer recursos e embasar a tomada de decisão. De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 08):

O irromper das questões práticas, que devem ser resolvidas a fim de a Contabilidade ter sua função na vida real das organizações e das entidades, de forma alguma pode perturbar, mas sim potencializar, as especulações teóricas enquanto ciência.

Sob o ponto de vista histórico, a contabilidade assume uma função protagonista para o desenvolvimento dos negócios. Nesse sentido, Azzolin (2012, p. 35) comenta que:

É inegável o papel da contabilidade nesse cenário de evolução histórica, comercial e corporativa, pois, pela sua própria natureza, a contabilidade está muito próxima dos fatos que representam o desenvolvimento da humanidade, da tecnologia e da ciência organizacional.

Para Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), a contabilidade é apta para escriturar, mensurar e informar aos usuários das informações, pois possui caráter amplamente multidisciplinar.

A capacidade de capturar, primeiro, a ocorrência dos eventos econômicos que impactam em um determinado estado de riqueza, depois a de precificá-lo e, por último, de comunicar seus efeitos, é o desafio a que a Contabilidade está, não apenas preferencialmente, mas de fato unicamente, habilitada a enfrentar, apoiando-se sempre em disciplinas afins dentre as quais o Direito, a Economia, os Métodos Quantitativos e a Ciência da Informação. (IUDÍCIBUS, MARTINS E CARVALHO. 2005, p. 08).

Dessa forma, observa-se que a contabilidade é uma ciência, que se preocupa em estudar o patrimônio, podendo ser considerada essencial para seu controle. Registra as movimentações mensuráveis e fornece a informação para seus usuários. Enquanto ciência deve ser fortalecida por meio do surgimento de questões práticas, sendo essencial para o progresso dos negócios.

3.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial não se limita à elaboração da informação apenas para fins de atendimento da norma contábil; objetiva, sobretudo, munir os gestores das entidades com informações de sua realidade operacional. Nesse panorama, Marion e Ribeiro (2011, p. 15), afirmam que a contabilidade gerencial:

[...] pode ser conceituada como o sistema de informação que tem por objetivo suprir a entidade com informações não só de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também com outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões.

Coelho e Lins (2010, p. 307) complementam a definição de contabilidade gerencial, afirmando que representa:

[...] um conjunto de procedimentos com a finalidade de gerar informações aos gestores da empresa ou entidade, relativos aos eventos administrativos, econômicos e financeiros de forma a prever, medir, comparar e controlar o desempenho desde um produto, até a empresa como um todo. A contabilidade gerencial é, acima de tudo, um instrumento de apoio ao processo decisório da entidade.

Os autores evidenciam que a contabilidade gerencial é uma ferramenta necessária para suportar os usuários da informação contábil para a tomada de decisão.

3.3 FERRAMENTAS GERENCIAIS

Segundo a Estrutura Conceitual Contábil – CPC 00, o objetivo das demonstrações contábeis é “fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade”. (CPC 00, p. 5).

De acordo com Alberton (2013, p. 13), “o objetivo da Análise das Demonstrações Contábeis consiste em extrair informações (...) tornando-as úteis à tomada de decisões, mediante o emprego de técnicas específicas e do próprio “feeling” (sentido) do analista”.

Podemos então concluir que enquanto as demonstrações contábeis objetivam munir o usuário da informação com dados, a análise das demonstrações contábeis evidencia informações com a finalidade de tornar a informação útil.

3.3.1 Demonstrações Financeiras

O conjunto de demonstrações financeiras exigido pela Lei nº 6.404/76, art. 176, ao final de cada exercício social, é composto por cinco relatórios:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Na sequência, apresenta-se o detalhamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício.

3.3.2 Balanço patrimonial

Segundo Iudícibus, Martins, Kanitz, Ramos, Castilho, Benatti, Filho e Júnior (2010, p. 17):

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento, dentro de certas regras. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade.

Nesse sentido, Gelbcke, Santos, Iudícibus e Martins (2018, p.2), afirmam que “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

O balanço patrimonial pode ser entendido como a captura da situação financeiro-contábil da entidade em determinado momento. Apresenta os elementos patrimoniais, e devido a sua riqueza informacional é uma das demonstrações contábeis mais relevantes para o usuário da informação.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, os elementos do patrimônio a serem apresentados na estrutura do balanço patrimonial são o ativo, o passivo e o patrimônio líquido (BRASIL, 1976).

3.3.3 Ativo

Segundo a Estrutura Conceitual da Contabilidade (CPC 00 – R2, p. 19), “Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados”.

Em seu art. 179, § 1º, incisos I e II, a Lei nº 6.404/76 determina que as contas de ativo devem ser apresentadas conforme o grau decrescente de liquidez, devidamente segregadas nos grupos de ativo circulante e ativo não circulante (BRASIL, 1976).

3.3.4 Ativo circulante

O grupo de contas de maior liquidez apresentado no balanço é chamado de ativo circulante. De acordo com o art. 179 da Lei nº 6.404/76, nesse grupo devem estar registrados “as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte” (BRASIL, 1976).

Nesse sentido, o CPC 26 (R14), parágrafo 68, determina que:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

3.3.5 Ativo não circulante

O ativo não circulante é o grupo de contas que contém os ativos que irão ser realizados no longo prazo, ou seja, serão transformados em dinheiro aos poucos. De acordo com o art. 179 da Lei nº 6.404/76, esse grupo de contas é “composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”.

Pode-se observar que, conceitualmente, a Lei supracitada está em concordância com o parágrafo 67 do CPC 26 (R14), cuja composição do ativo não circulante “deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (BRASIL, 1976).

3.3.6 Passivo

Segundo a Estrutura Conceitual Contábil (CPC 00 – R2, p. 19), “passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.”

O art. 180, § 1º, I e II da Lei 6.404/76, determina que o passivo será classificado como “circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.” (BRASIL, 1976).

3.3.7 Passivo Circulante

É possível classificar um passivo como circulante analisando se a obrigação presente se enquadra em alguns critérios, como o prazo para sua liquidação e a sua finalidade.

Nesse sentido, o CPC 26 R 14, parágrafo 69, determina que:

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou

(d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). (...) Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes. (Nosso grifo)

3.3.8 Passivo não circulante

Para Iudícibus (2017, p. 48) “são as dívidas da empresa que serão liquidadas com prazo superior a um ano: empréstimos, financiamentos, títulos a pagar, parcelamento de dívidas governamentais etc.”.

De acordo com a Estrutura Conceitual Contábil, todo o passivo que não for classificado como passivo circulante, deve ser alocado como não circulante.

3.3.9 Patrimônio líquido

Para Gelbeck et al (2018, p. 379), “a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos representam o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios”.

Em comunhão com o conceito apresentado, Iudícibus (2017, p. 45) menciona que:

Na equação patrimonial, o Patrimônio Líquido se constitui no valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representam os valores aplicados no empreendimento pelos sócios quotistas ou acionistas e pelas reservas, lucros retidos ou prejuízos acumulados.

O art. 182, § 1º, I e II, da Lei 6.404/76, determina que o Patrimônio Líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e em prejuízos acumulados.

3.3.10 Demonstração do resultado do exercício

O objetivo da Demonstração do Resultado do Exercício é resumir e totalizar as receitas e despesas incorridas em determinado período, com vistas a demonstrar de que forma o resultado do período foi calculado.

De acordo com Azzolin, (2012, p. 93), “as contas que compõem a demonstração do resultado são periódicas, (...) a cada período contábil os saldos dessas contas são encerrados para se apurar o resultado através da confrontação ordenada e sucessiva dos saldos.”.

3.3.11 Notas explicativas

De acordo com o art. 176, § 4º da Lei nº 6.404/76,

As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício (BRASIL, 1976).

Assim sendo, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são esclarecidas por meio da divulgação das notas explicativas. Este trabalho fará uso das notas explicativas divulgadas pelos clubes de futebol, no sentido de validar as informações nelas contidas por meio da técnica de análise das demonstrações contábeis.

3.4 ITG 2003

Os clubes de futebol brasileiro ganharam uma maior relevância econômica nos últimos 10 anos, com os grandes clubes alcançando recordes de receitas ano após ano. Desde então, algumas ações vêm sendo tomadas para o melhor controle da gestão dos clubes, assim como maior confiabilidade e comparabilidade entre as entidades do setor. A partir desse interesse, foi aprovada a Interpretação Técnica Geral – ITG 2003

– Entidade Desportiva Profissional, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, que revogou a Resolução CFC n.º 1.005/2004.

O objetivo da referida interpretação (ITG 2003) estabelece que:

(...) critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais, e aplica-se também a outras que, direta ou indiretamente, estejam ligadas à exploração da atividade desportiva profissional e não profissional. (ITG 2003).

Essa interpretação ITG 2003, por si só, já é bastante sucinta e apresenta disposições relacionadas às tratativas que devem ser observadas para as demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais. Em resumo, determina o seguinte:

- Os registros contábeis da atividade esportiva devem ser segregados das demais atividades;
- Estabelece o que deve compor o intangível da entidade desportiva, como por exemplo os valores gastos diretamente relacionados com a formação, aquisição e renovação de contratos com atletas;
- Determina que os valores gastos com atletas que não estejam diretamente relacionados à sua formação devem ser registrados como despesa;
- O ativo intangível deve ser segregado diferenciando os "Atletas formados" dos "Atletas em formação";
- Atenta para a amortização que deve ser realizada;
- Dispõe que as indenizações/compensações recebidas pela liberação de atletas deve ser registrada em conta específica de receita do período, assim como a receita proveniente da cessão definitiva destes profissionais;
- Estabelece a tratativa a ser dada às receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas;
- Prevê o controle de gastos com atletas e determina como este deve ser feito (composição dos gastos diretamente relacionados com a formação de cada

atleta em base mensal e regime de competência, por (a) tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.); e (b) categoria (infantil, juvenil, júnior)).

Além disso, determina que as demonstrações contábeis devem ser divulgadas por essas instituições (Balanço, DRE, DRA, DMPL, DFC e Notas Explicativas), bem como estabelece informações que deverão estar contidas em Notas Explicativas.

3.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Azzolin (2012, p. 178), a análise “é uma técnica especializada que a contabilidade dispõe e que permite decompor, comparar e interpretar as demonstrações contábeis oferecendo dados analíticos e interpretativos dos componentes patrimoniais, financeiros e econômicos”.

De acordo com Alberton, “a Análise das Demonstrações Contábeis surgiu no sistema bancário no final do século XIX para auxiliar na concessão de empréstimos às empresas. As análises eram realizadas apenas em balanços” (2013, p. 12).

Padoveze e Benedicto (2011) definem análise das demonstrações como:

A aplicação do raciocínio analítico dedutivo sobre os valores dos elementos patrimoniais e suas inter-relações, [...], com a finalidade de conseguir uma avaliação econômico-financeira de sua situação e do andamento de suas operações.

Dessa maneira, pode-se inferir que a análise das demonstrações contábeis é uma técnica que surgiu diante da necessidade de verificar a situação econômico-financeira de entidades que necessitavam de empréstimos. Por meio dela é possível verificar e interpretar as informações evidenciadas através da contabilidade.

3.5.1 Técnicas de Análise

Neste trabalho serão apresentados apenas os conceitos utilizados nesta pesquisa. As principais técnicas de análise são a análise horizontal e vertical, e os indicadores econômico-financeiros (Padoveze, 2012).

3.5.2 Análise horizontal

Para Padoveze (2013, p. 152), “a análise horizontal se caracteriza pela comparação de dados entre um período e outro, objetivando identificar as variações ocorridas entre os elementos patrimoniais nos períodos analisados”.

Ainda nesse contexto, Alberton (2013) destaca que a finalidade da análise horizontal é mostrar o comportamento da entidade que reporta a informação com o passar dos anos. Objetiva analisar as variações que aconteceram nas demonstrações contábeis, a partir da comparação de dados de períodos diferentes.

Em outras palavras, é possível verificar a curva de evolução (ou involução) de determinado dado divulgado por uma entidade com o passar do tempo. A possibilidade de analisar essas variações poderá munir o usuário da informação com a tendência de comportamento dos valores apresentados.

O cálculo da análise horizontal é feito dividindo o valor do período atual pelo valor do período anterior. Para encontrar o valor percentual, é necessário subtrair por 1 o resultado encontrado, e em seguida multiplicar por 100.

3.5.3 Análise vertical

De acordo com Padoveze (2013, p. 155), “a análise vertical é uma análise de estrutura ou participação (...) representa quanto determinado item de um conjunto de elementos participa percentualmente da soma de todos os itens do conjunto”.

Nesse contexto, Alberton (2013, p. 57) afirma que a análise vertical “se baseia na determinação da porcentagem de cada conta ou do grupo de contas em relação ao seu conjunto”.

Na visão de Azzolin (2012, p. 183), a “análise vertical, também denominada análise de estrutura, ou método de percentagens verticais, consiste em determinar a participação percentual dos diversos elementos que compõem as demonstrações financeiras com relação ao total de que é parte”.

Dessa forma, podemos inferir que a análise vertical é um tipo de análise estrutural, que busca evidenciar qual o percentual que determinada conta contábil representa em relação ao grupo que faz parte. Esse tipo de análise pode ser útil para verificar onde está a maior concentração de valores da entidade.

O cálculo da análise vertical pode ser feito por meio de uma regra de três simples, onde o valor a ser igualado a 100 corresponde ao total do grupo, sendo os demais valores comparados a ele.

3.5.4 Indicadores econômico-financeiros

Os indicadores econômicos financeiros possibilitam o esclarecimento sobre as informações contidas nas demonstrações contábeis. Por meio deles, é possível compreender e traduzir os dados econômicos fornecidos pela entidade. Dessa forma, podemos mapear possíveis tendências comportamentais da entidade analisada.

De acordo com Padoveze (2013, p. 159), “indicadores econômico-financeiros são relações matemáticas desenvolvidas a partir dos dados das demonstrações contábeis para obter uma nova informação significativa que amplie o entendimento sobre determinado aspecto econômico e financeiro da empresa”.

Nesse diapasão, Iudícibus (2017, p. 27) afirma que “o uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos”.

Para fins deste trabalho, serão explorados os indicadores de liquidez, atividade, bem como os indicadores de rentabilidade.

3.5.5 Índices de endividamento e estrutura do capital

Para Iudícibus (2017, p. 132), os indicadores de endividamento “relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros”.

Detalha-se a seguir os principais indicadores de estrutura do capital e de endividamento.

3.5.6 Participação do capital de terceiros (PCT)

Por meio deste indicador podemos comparar as obrigações da entidade com o aporte realizado por seus proprietários. Essa informação é útil no sentido de mensurar o quanto a empresa é capaz de funcionar sem depender de capital externo.

Pode-se interpretar que quanto menor for este indicador, melhor para a entidade, visto que é possível identificar, por meio deste índice, os recursos externos captados pela entidade, para cada R\$ 100,00 de capital próprio.

Padoveze (2012) defende que por meio do indicador de composição do endividamento é possível “[...] evidenciar a capacidade de garantia que os proprietários da empresa dão aos fornecedores de recursos para a empresa”.

Para Iudícibus (2017, p. 132), pode-se considerar que:

Se o quociente, durante vários anos, for consistente e acentuadamente maior que um, denotaria uma dependência exagerada de recursos de terceiros. (...). Grande parte das empresas que vão à falência apresenta, durante um período relativamente longo, altos quocientes de Capitais de Terceiros/Capitais Próprios.

Segundo Padoveze (2012, p. 164), o cálculo da participação de capital de terceiros deve ser realizado considerando a fórmula abaixo:

$$PCT = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

3.5.7 Composição do endividamento (CE)

Iudícibus (2017, p. 99), afirma que:

A empresa em franca expansão deve procurar financiá-la, em grande parte, com endividamento de longo prazo, de forma que, à medida que ela ganhe capacidade operacional adicional com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos e outros recursos de produção, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas.

Por meio deste indicador é possível verificar se o endividamento no curto prazo supera as obrigações no longo prazo. O comportamento deste indicador pode ser analisado sob a ótica de quanto menor, melhor. A seguir, a fórmula que pode ser aplicada para apurar este indicador:

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \times 100$$

3.5.8 Imobilização do patrimônio líquido (IPL)

De acordo com Azzolin (2012, p. 212), “o quociente de imobilização do ativo não circulante revela a porcentagem dos recursos próprios que estão imobilizados”.

Este indicador serve para evidenciar qual percentual do patrimônio líquido foi convertido em imobilizado. Podemos interpretar que quanto mais alto for este índice, maior a necessidade da entidade de recorrer a empréstimos e a capital de terceiros em geral.

Em outras palavras, pode-se afirmar que quanto menor for este índice, melhor para a entidade. Segundo Matarazzo (2010), a imobilização do patrimônio líquido pode ser calculada com a fórmula:

$$IPL = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

3.5.9 Imobilização dos recursos não correntes (IRNC)

Este quociente busca representar qual o percentual dos recursos não correntes foi convertido para ativo imobilizado. Pode-se considerar, para fins de análise das informações, que quanto menor for este indicador, melhor.

De acordo com Padoveze (2012, p. 115), “seria importante que os ativos fixos fossem financiados no todo por capital próprio e que o capital de giro fosse financiado parcialmente por capital próprio e o restante por capital de terceiros.”. É possível identificar este indicador por meio da seguinte fórmula:

$$IRNC = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{(PL + \text{Passivo Não Circulante})} \times 100$$

3.5.10 Indicadores de liquidez

Os índices de liquidez são empregados quando se objetiva identificar a capacidade de pagamento das dívidas da entidade sob análise. Por meio desses indicadores é possível verificar se a entidade possui recursos para pagar seus credores.

Segundo Alberton (2013, p. 80):

Os índices de liquidez evidenciam a base da situação financeira da empresa, ou seja, evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros.

De acordo com Marion (2012, p. 75):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

3.5.11 Liquidez geral (LG)

A liquidez geral é apurada considerando todos os elementos patrimoniais do ativo e do passivo exigível. Este indicador é útil para evidenciar a capacidade que a empresa tem de cumprir com todas as suas obrigações.

Para fins de análise, quanto maior for este índice melhor, visto que evidencia quanto a entidade possui de ativo circulante somado ao realizado a longo prazo, para cada R\$ 1,00 de dívida total.

Segundo Iudícibus (2017, p. 131), afirma que a liquidez geral “serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo do empreendimento”.

De acordo com Padoveze (2012, p. 163), esse indicador é calculado por meio da fórmula a seguir:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

3.5.12 Liquidez corrente (LC)

A liquidez corrente compara a quantidade de recursos do Ativo Circulante, com a quantidade de recurso que possui no Passivo Circulante.

Este indicador evidencia o quanto a entidade possui de Ativo Circulante para cada R\$1,00 de Passivo Circulante. Podemos considerar que quanto maior o indicador, melhor.

Segundo Iudícibus (2017, p. 128), a liquidez seca “representa o valor de quanto dispomos imediatamente para liquidar nossas dívidas de curto prazo”.

Para fins de cálculo desse indicador, Alberton (2013, p. 81) pontua que devemos considerar a seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

3.5.13 Liquidez Imediata (LI)

O indicador de liquidez imediata informa, por meio de uma comparação realizada entre as disponibilidades e o passivo circulante, a capacidade que a entidade tem para cumprir suas obrigações com terceiros no período previsto até 12 meses após o encerramento do exercício analisado. Quanto maior for a liquidez imediata, melhor.

Nesse sentido, Alberton (2012, p. 80), afirma que:

O quociente de Liquidez Imediata evidencia a capacidade de liquidez imediata da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto a empresa possui de dinheiro em Caixa, Bancos e em Aplicações de Liquidez Imediata para cada Real do Passivo Circulante.

De acordo com Padoveze (2012, p. 208), o cálculo da liquidez imediata é feito a partir da fórmula abaixo:

$$LI = \frac{\textit{Disponibilidades}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

3.5.14 Giro do Ativo (GA)

Para Padoveze (2012, p. 167), o giro do ativo “é considerado um indicador fundamental. Em linhas gerais esse indicador evidencia a eficiência ou produtividade do ativo da empresa.”.

Conforme menciona Ribeiro (2011, p.169), “a interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao Capital Total investido na empresa”.

A interpretação deste indicador deve objetivar compreender o quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total. Em outras palavras, este indicador evidencia a produtividade da entidade. Quanto maior for o resultado deste quociente, melhor.

Podemos utilizar a seguinte fórmula para identificar o giro do ativo:

$$GA = \frac{\text{Receita Líquida de Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

3.5.15 Margem Líquida (ML)

De acordo com Padoveze (2012, p. 170), a margem líquida:

Representa o lucro líquido após os tributos sobre o lucro em relação à receita operacional líquida. É a análise de lucratividade da última linha da demonstração do resultado. Incorpora ao lucro operacional o resultado financeiro líquido (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras), os demais resultados fora da operação e os tributos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

É possível identificar, a partir da apuração da margem líquida, quanto a empresa lucrou em comparação a sua receita no período analisado. O ideal é que este indicador seja positivo. Ou seja, quanto maior, melhor.

A fórmula deste indicador é mostrada a seguir:

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}} \times 100$$

3.5.16 Rentabilidade do Ativo (RA)

De acordo com Padoveze (2012, p. 192), “o lucro operacional representa o lucro total da empresa, o resultado de suas operações no período, e, confrontado com o ativo operacional (o ativo total), mostra a rentabilidade do negócio independentemente de quem financiou o investimento.”.

Este percentual aponta o lucro gerado a partir dos ativos de determinada entidade. Podemos verificar qual o lucro gerado para cada R\$ 1,00 investido. Para fins de análise, quanto maior for este resultado, melhor.

Para verificar este indicador, pode-se fazer uso da seguinte fórmula:

$$RA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

3.5.17 Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade demonstram, por meio de seus resultados, as principais características das atividades da empresa.

Para Iudícibus (2017, p. 135), os indicadores de atividade “representam a velocidade com que elementos patrimoniais se renovam durante determinado período de tempo”.

3.5.18 Financiamento do Capital de Giro

As análises para a determinação do financiamento do capital de giro podem ser observadas a partir da estratégia da própria entidade de modo que os indicadores a seguir podem ser úteis na tomada de decisão mais assertiva.

3.5.19 Necessidade Líquida do Capital de Giro (NLCG)

Este indicador, quando positivo, evidencia a necessidade de capital externo para o financiamento de suas atividades. Caso o resultado da necessidade líquida de capital

de giro seja negativo, evidencia que o ciclo operacional está sendo financiado pelo passivo circulante. Assim sendo, podemos inferir que quanto menor for este indicador, melhor.

Para analisar esta abordagem, é necessário segregar as contas do ativo circulante em cíclicas e erráticas. As contas cíclicas seriam aquelas que estão relacionadas às operações e que acompanham o ciclo operacional, variando de acordo com o volume de atividade. Por outro lado, as contas erráticas possuem natureza estritamente financeira e não estão relacionadas à atividade da entidade. Ou seja, não variam de acordo com o volume operacional.

De acordo com Padoveze (2012, p. 91), “a Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCG) corresponde à diferença entre o valor das contas cíclicas do ativo menos o valor das contas cíclicas do passivo.”.

Dessa forma, para calcular a necessidade líquida do capital de giro, podemos empregar a fórmula abaixo:

$$NLCG = \textit{Ativo Circulante Operacional} - \textit{Passivo Circulante Operacional}$$

3.5.20 Capital de Giro Próprio (CGP)

Para Padoveze (2012, p. 107), “o capital de giro próprio é o valor do capital de giro diminuído das obrigações costumeiras que financiam provisoriamente o capital de giro.”.

O objetivo deste indicador é verificar a capacidade da própria empresa de financiar o seu capital de giro. Caso o resultado desta análise seja positivo, demonstra que o capital de giro está sendo financiado pela própria empresa. Caso o resultado seja negativo, pode-se inferir que a entidade não possui capacidade financeira para manter seu capital de giro. Sua equação consiste em:

$$CGP = PL - AP, \textit{onde:}$$

PL = Patrimônio Líquido;

AP = Ativo Permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados neste trabalho foram apresentados em valores absolutos, quando os valores se referem a unidades monetárias, e em valores percentuais, quando os resultados se referem à apresentação de indicadores.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A companhia analisada neste trabalho é a Sociedade Esportiva Palmeiras, clube do futebol brasileiro, atuante no ramo do esportivo, fundado em 1914. A principal atividade explorada pela companhia é o futebol. Sendo entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria.

O Clube é composto por quatro poderes, são eles: Assembleia Geral (sócios), Conselho Deliberativo, Conselho de Orientação e Orientação (COF) e Diretoria, composta pelo Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de departamentos.

A entidade apresenta fontes de receita operacional bastante diversificadas, onde a receita com direitos de transmissão de TV representa 30%, vendas de atletas 27% e patrocínios 21%.

4.2 ANÁLISE HORIZONTAL

4.2.1 Análise Horizontal do Ativo

A Tabela 1 apresenta a análise horizontal dos ativos da entidade, para os anos de 2019 e 2020. Esse tipo de análise tem por finalidade explicar a variação percentual negativa de 8,34% observada nos saldos do Ativo, que representa decréscimo patrimonial de R\$ 61.526, ocorrida entre 31/12/2020 e 31/12/2019, o que favorece a análise da relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período examinado.

Assim, observa-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram variação no período, conforme mostrado na Tabela 01.

Tabela 1 - Análise horizontal ativo

ATIVO	SALDOS (em milhares de Reais)		Variação 2020 x 2019	
	31/12/2020	31/12/2019	R\$	A/H (%)
Especificação				
ATIVO CIRCULANTE	103.211	83.846	19.365	23,10
Caixa e Equivalente de Caixa	5.903	15.561	-9.658	-62,07
Créditos a Receber	90.716	59.408	31.308	52,70
Outros Créditos	1.737	6.096	-4.359	-71,51
Estoques	3.142	2.676	466	17,41
Despesas Antecipadas	1.713	105	1.608	1.531,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.037	653.928	-80.891	-12,37
Créditos a Receber	65.847	59.217	6.630	11,20
Depósitos Judiciais	31.669	32.198	-529	-1,64
Imobilizado	195.817	193.769	2.048	1,06
Intangível	279.704	368.744	-89.040	-24,15
TOTAL	676.248	737.774	-61.526	-8,34

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a Nota Explicativa 2.1.4., a conta de Caixa e equivalentes de caixa é constituída pelo saldo em caixa, por depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor imediata. Para esta conta, podemos destacar a variação negativa de R\$ 9.658, quando analisando os anos de 2019 e 2020.

Outra variação deveras significativa ocorreu na conta Créditos a Receber. De acordo com a nota explicativa 2.1.3.2., os créditos a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal representativos desses créditos. A estimativa para perdas (impairment) é constituída, se necessária, em montante suficiente pela administração do clube para cobrir as perdas prováveis na realização desses créditos. Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos, conforme a Tabela 02.

Tabela 2 - Análise horizontal | CRÉDITOS A RECEBER (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

CRÉDITOS A RECEBER (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)	SALDOS (em milhares de Reais)		Variação 2020 x 2019	
	31/12/2020	31/12/2019	R\$	A/H (%)
Especificação				
Direitos e transmissão de jogos	14.463	743	13.720	1.846,57
Negociação de atletas	60.694	57.088	3.606	6,32
Outros valores a receber	80.844	59.587	21.257	35,67
Patrocínio e licenciamentos	4.640	4.409	231	5,24
Manutenção social	1.063	1.119	-56	-5,00
Cheques a receber	7	20	-13	-65,00
(-) PECLD	-5.148	-4.341	-807	18,59
Circulante	90.716	59.408	31.308	52,70
Não Circulante	65.847	59.217	6.630	11,20
Total	156.563	118.625	37.938	31,98

Fonte: Elaborado pelo autor.

O grupo créditos a receber apresentou uma variação positiva de R\$ 37.938 equivalentes a 31,98% de acréscimo em relação ao exercício anterior, portanto, apresentando “risco alto” do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

Ao verificarmos a conta outros valores a receber, segundo a nota explicativa 2.1.5.3., a variação do saldo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período exercício anterior, corresponde, substancialmente, ao valor da premiação a receber pela garantia mínima pelo vice-campeonato da Copa do Brasil de 2020, que em virtude da pandemia a fase final foi postergada para o mês de fevereiro de 2021.

4.2.2 Análise Horizontal do Passivo

A Tabela 03 apresenta a análise horizontal dos passivos da entidade, para os anos de 2019 e 2020. Essa análise visa justificar variação percentual negativa de 8,34% observada nos saldos do Passivo, que representa um decréscimo patrimonial de R\$ 61.526, verificada entre os saldos em 31/12/2020 e 31/12/2019, propiciando desse modo a análise de relevância de cada saldo a partir do volume de recursos transacionado em cada rubrica, no período examinado.

Dessa forma, observa-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram uma variação no período, conforme evidenciado na Tabela 03.

Tabela 3 - Análise horizontal passivo

PASSIVO	SALDOS (em milhares de Reais)		Variação 2020 x 2019	
	31/12/2020	31/12/2019	R\$	A/H (%)
Especificação				
PASSIVO CIRCULANTE	359.500	252.460	107.040	42,40
Fornecedores	520	414	106	25,60
Empréstimos e financiamentos	32.418	2.018	30.400	1.506,44
Conta a pagar	164.753	146.974	17.779	12,10
Direitos de imagens/Luvas a pagar	46.692	39.570	7.122	18,00
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16.927	13.511	3.416	25,28
Obrigações tributárias	11.692	11.337	355	3,13
Impostos parcelados	7.838	8.027	-189	-2,35
Antecipação de contratos	78.660	30.609	48.051	156,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	406.380	423.930	-17.550	-4,14
Empréstimos e financiamentos	154.635	170.098	-15.463	-9,09
Luvas a pagar	35.708	61.080	-25.372	-41,54
Impostos parcelados	43.731	50.688	-6.957	-13,73
Contas a pagar	63.532	36.273	27.259	75,15
Antecipação de contratos	65.525	94.510	-28.985	-30,67
Provisão para contingências	43.249	11.281	31.968	283,38
TOTAL DO PASSIVO	765.880	676.390	89.490	13,23
Superávits acumulados	61.384	59.660	1.724	2,89
Superávits (déficit) do exercício	-151.016	1.724	-152.740	-8.859,63
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-89.632	61.384	-151.016	-246,02
TOTAL	676.248	737.774	-61.526	-8,34

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2020, foi amortizado na conta empréstimos e financiamentos, de acordo com nota explicativa 2.1.8. o montante de R\$ 14.932 em função dos recebimentos de parte dos valores de atletas vendidos durante o exercício. A operação referida tomou por base aditivos contratuais que haviam sido celebrados em 2018 entre o Clube e a patrocinadora Crefisa S.A., nos quais diversas transações registradas inicialmente como patrocínio, tiveram a sua natureza alterada para empréstimos vinculados à aquisição de determinados atletas.

Também podemos destacar, a variação tanto no curto como no longo prazo, que ocorreu na rubrica contas a pagar. De acordo com a nota explicativa 2.1.9., os saldos referem-se, substancialmente, aos valores a pagar a clubes de futebol e representantes, decorrentes da negociação de atletas profissionais, onde foi constatada uma variação de R\$ 45.038 no período de análise.

Outra variação significativa ocorreu na conta de provisão para contingências. Essa variação, segundo a nota explicativa 2.1.12., foi gerada, principalmente, em decorrência de ação movida pela A. Angelioni & Cia Ltda. pelo empréstimo para aquisição dos direitos econômicos de um atleta profissional no ano de 2012. E na opinião da assessoria jurídica do clube, o montante de R\$ 34.804 reflete o valor provável da possível perda da ação, atualizado pela taxa Selic.

4.3 ANÁLISE VERTICAL

4.3.1 Análise Vertical do Ativo

Esse tipo de análise compreende ferramenta útil para conhecer a relevância decorrente da composição, bem como evidenciação da proporção de itens considerados individualmente em relação ao todo; nesse caso, chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição, conforme a tabela 04.

Tabela 4 - Análise vertical ativo

ATIVO	SALDOS (em milhares de Reais)			
	31/12/2020	A/V (%)	31/12/2019	A/V (%)
Especificação				
ATIVO CIRCULANTE	103.211	15,26	83.846	11,36
Caixa e Equivalente de Caixa	5.903	0,87	15.561	2,11
Créditos a Receber	90.716	13,41	59.408	8,05
Outros Créditos	1.737	0,26	6.096	0,83
Estoques	3.142	0,46	2.676	0,36
Despesas Antecipadas	1.713	0,25	105	0,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.037	84,74	653.928	88,64
Créditos a Receber	65.847	9,74	59.217	8,03
Depósitos Judiciais	31.669	4,68	32.198	4,36
Imobilizado	195.817	28,96	193.769	26,26

Intangível	279.704	41,36	368.744	49,98
TOTAL	676.248		737.774	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao avaliarmos a análise vertical apresentada, a partir da comparação dos percentuais dos saldos das contas e dos seus respectivos grupos do ativo total, é possível perceber que as concentrações de saldo apresentam uma linearidade entre os períodos analisados.

O montante mais representativo do ativo se refere ao grupo de ativo não circulante, que representa 84,74% do ativo total em 2020, cujo valor é de R\$ 573.037. Para o mesmo período, a conta com maior saldo percentual deste grupo é o intangível, que representa 41,36% em valores percentuais do ativo total, totalizando o montante de R\$ 279.704. Na referida rubrica o clube contabiliza os atletas contratados, em formação, formados e gastos com as contratações(luvas).

A segunda conta com maior representatividade em relação ao ativo, no ano de 2020, é a conta imobilizado, cujo percentual de representatividade é de 28,96% em relação ao ativo total, totalizando R\$195.817.

4.3.2 Análise Vertical do Passivo e Patrimônio Líquido

Essa ferramenta é útil para análise do conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção de itens considerados de forma individual, no que refere ao seu todo e, nesse caso, denomina-se exposição passiva. Nesse sentido depreende-se a seguinte posição, conforme a tabela 05.

Tabela 5 - Análise vertical passivo e PL

PASSIVO	SALDOS (em milhares de Reais)			
	31/12/2020	A/V (%)	31/12/2019	A/V (%)
Especificação				
PASSIVO CIRCULANTE	359.500	53,16	252.460	34,22
Fornecedores	520	0,08	414	0,06
Empréstimos e financiamentos	32.418	4,79	2.018	0,27
Conta a pagar	164.753	24,36	146.974	19,92
Direitos de imagens/Luvas a pagar	46.692	6,90	39.570	5,36
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16.927	2,50	13.511	1,83
Obrigações tributárias	11.692	1,73	11.337	1,54

Impostos parcelados	7.838	1,16	8.027	1,09
Antecipação de contratos	78.660	11,63	30.609	4,15
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	406.380	60,09	423.930	57,46
Empréstimos e financiamentos	154.635	22,87	170.098	23,06
Luvas a pagar	35.708	5,28	61.080	8,28
Impostos parcelados	43.731	6,47	50.688	6,87
Contas a pagar	63.532	9,39	36.273	4,92
Antecipação de contratos	65.525	9,69	94.510	12,81
Provisão para contingências	43.249	6,40	11.281	1,53
TOTAL DO PASSIVO	765.880	113,25	676.390	91,68
Superávits acumulados	61.384	9,08	59.660	8,09
Superávits (déficit) do exercício	-151.016	-22,33	1.724	0,23
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-89.632	-13,25	61.384	8,32
TOTAL	676.248		737.774	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da análise vertical do passivo, no que tange o saldo do passivo circulante não foi constatada uma linearidade nos percentuais apresentados entre 2020 e 2019, por exemplo, percebe-se que o saldo representou 53,16% do passivo total para o ano de 2020, cujo total foi de R\$ 359.500, e de 34,22% para o ano de 2019, cujo total corresponde a R\$ 252.460.

A conta mais representativa do passivo é rubrica contas a pagar, que representa 33,76% do passivo total, totalizando o valor R\$ 228.285. Seguida, em grau de exposição passiva, o grupo empréstimos e financiamentos que compõe 23,33% do passivo do exercício sob exame, totalizando o valor de 187.053.

Para fins de análise do PL, é possível verificar que o percentual do superávit/déficit do exercício em relação ao total do grupo é a conta com maior representatividade, que representa -22,53% do total do passivo e PL, apresentando um resultado de -R\$ 151.016.

4.4 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DO CAPITAL

4.4.1 Participação do Capital de Terceiros

Na Tabela 05 apresentam-se os percentuais da participação do capital de terceiros da entidade para o período analisado.

Tabela 6 - Participação do capital de terceiros

Ano	Passivo	PL	PCT	AH
2019	676.390	61.384	1102%	
2020	765.880	- 89.632	-854%	

Elaborado pelo autor.

4.4.2 Composição do Endividamento

A composição do endividamento busca evidenciar qual é o percentual de obrigações no curto prazo, em relação ao longo prazo.

Tabela 7 - Composição do endividamento (CE)

Ano	Passivo Circulante	Passivo Total	CE	AH
2019	252.460	676.390	37%	-
2020	359.500	765.880	47%	10%

Elaborado pelo autor.

Comparando-se a composição do endividamento entre os anos de 2020 e 2019, é possível observar um aumento de 10%. Segundo a Nota Explicativa 2.1.11, esse comportamento é reflexo da antecipação de contratos de direitos de transmissão de jogos e transações de atletas. No ano de 2020, o endividamento de curto prazo da companhia foi de 47%, ou seja, do total de R\$ 765.880 em obrigações, R\$ 359.500 se referem a dívidas no curto prazo. O indicador evidencia um aumento em comparação a 2019, decorrente da antecipação do recebível relacionado a venda de atletas e direitos de transmissão de jogos.

4.4.3 Imobilização do patrimônio líquido

Este indicador demonstra quanto a empresa investiu em seu ativo permanente. Quanto maior for este índice, maior a necessidade de captação de recursos externos.

Tabela 8 - Imobilização do patrimônio líquido (IPL)

Ano	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	IPL	AH
2019	193.769	61.384	316%	-

2020	195.817	-	89.632	-218%	-534%
------	---------	---	--------	-------	-------

Elaborado pelo autor.

Conforme evidenciado no referencial teórico, quanto maior for este índice, maior a necessidade de captação de recursos externos. De acordo com os dados apresentados na Tabela 08, o ano de 2019 apresentou 318% do total do PL imobilizado no Ativo da companhia. Ou seja, do total de R\$ 61.384 correspondente ao PL, foi destinado para o ativo imobilizado o valor de R\$ 193.769. Para o ano de 2020 é possível observar uma redução neste indicador, dado que a entidade captou recursos externos para garantir a atividade.

4.4.4 Imobilização de recursos não recorrentes

Busca-se, por meio da análise deste indicador, verificar qual percentual do PNC e do PL foram convertidos em ativo imobilizado.

Tabela 09 - Imobilização de recursos não recorrentes (IRNR)

Ano	Ativo Imobilizado	PL + PNC	IRNR	AH
2019	193.769	485.314	40%	-
2020	195.817	316.748	62%	22%

Elaborado pelo autor.

Os valores mais relevantes do grupo imobilizado se referem às contas de terrenos, imóveis, benfeitorias em imóveis de 3ºs e instalações. De acordo com a NE 2.1.6, do saldo da conta benfeitorias em imóveis de 3ºs, R\$ 22.215 corresponde à construção do centro de reabilitação e desenvolvimento físicos dos atletas profissionais, concluído em dezembro de 2016. A amortização desse saldo é realizada de acordo com o prazo de concessão do terreno concedido à entidade.

É possível perceber um aumento de 22% do IRNR no período sob análise, propiciando uma maior necessidade do clube de recorrer a empréstimos e capital de terceiros.

4.5 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

4.5.1 Liquidez Geral

A liquidez geral compara os totais do ativo e do passivo, no sentido de evidenciar a capacidade que a empresa tem de pagamento das suas obrigações.

Tabela 10 - Liquidez geral (LG)

Ano	Ativo Total	Passivo Total	LG	AH
2019	737.774	676.390	109%	-
2020	676.248	765.880	88%	-21%

Elaborado pelo autor.

Por meio da Tabela 10, é possível observar uma queda na envergadura financeira do clube em cumprir todas as suas obrigações. No período em análise, o índice de liquidez geral registrou uma redução no indicador de 21% no ano de 2020. De acordo com a NE 1.6, este comportamento é reflexo do cenário ocorrido com o advento da pandemia.

4.5.2 Liquidez Corrente

A liquidez corrente compara a quantidade de recursos do Ativo Circulante com os recursos do Passivo Circulante.

Tabela 11 - Liquidez corrente (LC)

Ano	Ativo Corrente	Passivo Corrente	LG	AH
2019	83.846	252.460	33%	-
2020	103.211	359.500	29%	-5%

Elaborado pelo autor.

Os resultados apresentados na Tabela 11 mostram que a Sociedade Esportiva Palmeiras opera com um índice de liquidez corrente inferior a 100%. Logo, o clube não tem a capacidade financeira de honrar seus compromissos no curto prazo. É possível notar uma redução do índice, se compararmos os anos de 2019 e 2020.

Ao interpretar os dados apresentados para o ano de 2020, percebe-se que para cada R\$1,00 em dívidas alocadas no curto prazo, a entidade possui R\$ 0,29 para quitá-la.

4.5.3 Liquidez Imediata

Enquanto a liquidez corrente compara o total do ativo circulante, e compara com as obrigações de curto prazo, a liquidez imediata compara apenas o grupo de disponibilidades com o total do passivo circulante.

Portanto, contas como estoques, tributos a recuperar, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos não são considerados para a apuração do referido indicador.

Tabela 12 - Liquidez imediata (Li)

Ano	Disponibilidades	Passivo Corrente	LI	AH
2019	15.561	252.460	6%	-
2020	5.903	359.500	2%	-5%

Fonte: Elaborada pelo autor.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma redução em suas disponibilidades e um aumento em suas obrigações, apresentando uma liquidez imediata de 2%. Este percentual indica que, para cada R\$ 1,00 em dívidas em curto prazo, a entidade possui R\$ 0,02 para saldar.

De acordo com as notas explicativas, essa redução é decorrente do cenário de pandemia; a estratégia adotada pela entidade foi captar recursos externos para garantir a estabilidade do caixa, o que explica o aumento dos dois fatores analisados.

4.6 ANÁLISE DRE

4.6.1 Análise horizontal DRE

Tabela 13 - Análise horizontal DRE

Especificação	SALDOS (em milhares de Reais)		Variação 2020 x 2019	
	31/12/2020	31/12/2019	R\$	A/H (%)
Receitas Operacionais Líquidas	532.419	598.396	-65.977	-11,03
Direitos de transmissão	153.878	198.080	-44.202	-22,32
Publicidade e patrocínio	115.024	113.527	1.497	1,32
Arrecadação de jogos	7.040	45.339	-38.299	-84,47
Negociação de atletas	148.593	108.221	40.372	37,31
Sócio Torcedor Avanti	22.356	46.086	-23.730	-51,49
Timemania e outros	1.810	1.859	-49	-2,64
Premiações	28.546	19.467	9.079	46,64
Arrecadação social	32.710	39.126	-6.416	-16,40
Licenciamento da marca e franquias	12.120	15.062	-2.942	-19,53
Departamentos amadores	0	15	-15	-100,00
Rendas diversas	10.342	11.614	-1.272	-10,95
Despesas Operacionais	623.016	580.282	42.734	7,36
Pessoal e encargos sociais	193.980	236.828	-42.848	-18,09
Despesas com direito de imagem	40.785	50.922	-10.137	-19,91
Despesas com jogos	12.569	31.397	-18.828	-59,97
Despesas sócio torcedor Avanti	5.734	8.968	-3.234	-36,06
Despesas gerais administrativas	105.337	81.303	24.034	29,56
Depreciação e amortização	7.374	6.043	1.331	22,03
Amortização - direitos com jogadores	140.493	130.483	10.010	7,67
Baixa de gastos com atletas	116.744	34.338	82.406	239,98
Superávit (déficit) operacional	-90.597	18.114	-108.711	-600,15
Receitas financeiras	53.070	23.623	29.447	124,65
Despesas financeiras	113.489	40.013	73.476	183,63
Resultado Financeiro Líquido	-60.419	-16.390	-44.029	268,63
Superávit (déficit) do exercício	-151.016,00	1.724,00	-152.740	-8.859,63

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio dos resultados identificados na acima, em 2020 houve um decréscimo de - 11,03%, quando comparado ao ano anterior da receita operacional líquida no valor R\$ 65.977, quando comparado a 2019. De acordo com o relatório da administração divulgado pela companhia, a redução da receita no ano de 2020 foi ocasionada, diante do cenário pandêmico que afetou as principais fontes de receita do clube.

Em situação oposta, também é possível observar um aumento das receitas com premiações em 46,64%, quando comparamos o período analisado.

Percebe-se que o lucro bruto foi diretamente impactado pela redução da receita, visto que houve uma redução de R\$ 108.711 no ano de 2020, em comparação ao ano anterior.

As demais contas apresentadas na DRE em 2020 também foram impactadas pelo cenário decorrente da pandemia, apresentando redução em seus números, quando comparados ao ano anterior.

4.6.2 Análise vertical DRE

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

Tabela 14 - Análise vertical DRE				
SALDOS (em milhares de Reais)				
Especificação	31/12/2020	A/V (%)	31/12/2019	A/V (%)
Receitas Operacionais Líquidas	532.419		598.396	
Direitos de transmissão	153.878	28,90	198.080	33,10
Publicidade e patrocínio	115.024	21,60	113.527	18,97
Arrecadação de jogos	7.040	1,32	45.339	7,58
Negociação de atletas	148.593	27,91	108.221	18,09
Sócio Torcedor Avanti	22.356	4,20	46.086	7,70

Timemania e outros	1.810	0,34	1.859	0,31
Premiações	28.546	5,36	19.467	3,25
Arrecadação social	32.710	6,14	39.126	6,54
Licenciamento da marca e franquias	12.120	2,28	15.062	2,52
Departamentos amadores	0	0,00	15	0,00
Rendas diversas	10.342	1,94	11.614	1,94
Despesas Operacionais	623.016		580.282	
Pessoal e encargos sociais	193.980	31,14	236.828	40,81
Despesas com direito de imagem	40.785	6,55	50.922	8,78
Despesas com jogos	12.569	2,02	31.397	5,41
Despesas sócio torcedor Avanti	5.734	0,92	8.968	1,55
Despesas gerais administrativas	105.337	16,91	81.303	14,01
Depreciação e amortização	7.374	1,18	6.043	1,04
Amortização - direitos com jogadores	140.493	22,55	130.483	22,49
Baixa de gastos com atletas	116.744	18,74	34.338	5,92
Superávit (déficit) operacional	-90.597	-14,54	18.114	3,12
Receitas financeiras	53.070	8,52	23.623	4,07
Despesas financeiras	113.489	18,22	40.013	6,90
Resultado Financeiro Líquido	-60.419		-16.390	
Superávit (déficit) do exercício	-151.016,00		1.724,00	

Ao analisar as receitas operacionais líquidas da SEP no ano de 2020, observa-se que seu total corresponde a R\$ 532.419. Dentre as quais podemos destacar direitos de transmissão, publicidade e patrocínio e negociação de atletas, que somadas representaram 78,41% do faturamento, sendo, portanto, as rubricas mais importantes do clube. Também é possível perceber que há uma linearidade nos percentuais relacionados à origem da receita para o ano anterior.

De acordo com a NE 2.1.13, as receitas de transmissão da Copa do Brasil e Libertadores sofreram elevação em 2020, em função de uma maior quantidade de jogos transmitidos nesses torneios, tendo o clube conquistado até dia 31 de dezembro de 2020 a classificação para a final da Copa do Brasil e a semifinal da Libertadores, ambos conquistados posteriormente em 2021.

A receita bruta de publicidade e patrocínio está atrelada a contratos vigentes, por isso, não tiveram impacto com a pandemia da COVID-19.

Em 2020, as despesas operacionais totalizaram o valor de R\$ 623.016. De acordo com o relatório da administração, o aumento das despesas gerais e administrativas foi oriunda das provisões para contingências constituídas em montante estimado das ações classificadas pela assessoria jurídica como perda provável. Assim, a variação dos custos associados às baixas de atletas decorreu das vendas de atletas.

Em sentido contrário, a despesa com pessoal/encargos sociais apresentou uma queda, justificado pelo acordo feito com jogadores referente ao ajuste dos salários (redução mensal de 25% entre maio a julho de 2020).

E sobre o resultado financeiro, a pandemia gerou uma forte instabilidade econômica que refletiu fortemente na variação cambial, elevando as cotações das moedas estrangeiras em relação ao Real e provocando um resultado financeiro líquido negativo substancial em relação a 2019.

4.7 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Por meio dos indicadores de rentabilidade, é possível verificar os rendimentos totais da entidade, no sentido de analisar o retorno do investimento realizado para compreender a viabilidade do negócio e a lucratividade do clube.

4.7.1 Giro do Ativo

O giro do ativo verifica o quanto a entidade gerou de receita, em relação com o seu ativo total.

Tabela 15 - Giro do ativo (GA)

Ano	Receita líquida	Ativo total	LI	AH
2019	598.396	737.774	81%	-
2020	532.419	676.248	79%	-2%

Elaborado pelo autor.

Conforme verificado no referencial teórico, este indicador possui um comportamento de análise do tipo quanto maior, melhor. Dessa forma, ao analisar o comportamento do indicador em 2019, podemos observar que o valor do ativo total corresponde a R\$ 737.774. Em comparação a este valor, a receita líquida no período analisado foi de R\$ 598.396, representando 81% do ativo total.

Em 2020, houve uma redução da receita operacional líquida em comparação ao ativo total de apenas 2%. No período, o ativo total correspondeu ao montante de R\$ 676.248, enquanto a receita líquida foi equivalente a R\$ 7.537.180, ou seja, a receita líquida correspondeu a 79% do ativo total.

Observamos que o giro do ativo, ou em outras palavras, a relação da receita líquida com o ativo total, não variou bruscamente no período pandêmico. De acordo com as notas explicativas, este comportamento foi esperado para o período devido a linearidade das receitas com publicidade/patrocínio e premiações em competições esportivas.

4.7.2 Margem Líquida

A margem líquida busca verificar quanto a empresa obteve de lucro líquido em comparação às suas receitas, levando em consideração todas as receitas e despesas da sua atividade.

Tabela 16 - Margem líquida (ML)

Ano	Lucro Líquido	Receita Líquida	ML	AH
2019	1.724	598.396	0,29%	-
2020	-151.016	532.419	-28,36%	-28,65%

Elaborado pelo autor.

O indicador de margem líquida em 2019 foi equivalente a 0,29%. A interpretação desse dado expressa que para cada R\$ 1,00 de receita, o clube lucrou o equivalente a R\$ 0,29. A Tabela 16 mostra que, para o ano de 2020, houve uma redução de 28,65% na margem líquida da entidade.

Vale ressaltar que o principal fator que influenciou este resultado foi a própria redução lucro líquido, visto que a receita líquida do clube apresentou uma queda quando comparado ao período anterior.

4.7.3 Rentabilidade do Ativo

Este indicador evidencia o retorno das entidades diante dos recursos investidos.

Tabela 17 - Rentabilidade do ativo (RA)

Ano	Lucro Líquido	Ativo	ML	AH
2019	1.724	737.774	0,23%	-
2020	-151.016	676.248	-22,33%	-22,57%

Elaborado pelo autor.

A rentabilidade do ativo em 2019 foi equivalente a 0,23%. A interpretação desse dado expressa que para cada R\$ 1,00 do ativo, o clube lucrou o equivalente a R\$ 0,23. A Tabela 17 mostra que, para o ano de 2020, houve uma redução de 22,57% na margem líquida da entidade.

Vale ressaltar que o principal fator que influenciou este resultado foi a própria redução lucro líquido, visto que o ativo total do clube apresentou uma queda quando comparado ao período anterior.

4.8 FINANCIAMENTO DO CAPITAL DE GIRO

Os indicadores a seguir podem ser aplicados para verificar a necessidade da captação de recursos para fins de investimento no capital de giro da entidade.

4.8.1 Necessidade Líquida de Capital de Giro

A necessidade líquida de capital de giro indica a necessidade de captação de recursos externos para o financiamento da atividade da entidade analisada.

Tabela 18 - Necessidade líquida de capital de giro (NLCG)

Ano	Ativo Circulante Operacional	Passivo	NLCG	AH
		Circulante Operacional		
2019	74.969	250.442	- 175.473	-
2020	96.619	327.082	- 230.463	-31%

Elaborado pelo autor.

Para o período analisado, houve um resultado de -31% em 2020, em comparação ao período anterior. O resultado negativo da necessidade líquida de capital de giro reflete que parcela do capital de giro do clube vem de terceiros, o que acarreta pagamento de juros com empréstimos.

4.8.2 Capital de Giro Próprio

Por meio da análise do capital de giro próprio é possível compreender se a entidade possui meios próprios para o financiamento do seu capital de giro. Este cenário de autossuficiência pode ser constatado, caso o resultado seja positivo. Caso negativo, podemos concluir que a entidade não possui capacidade para financiar seu próprio capital de giro.

Tabela 19 - Capital de giro próprio (CGP)

Ano	Patrimônio Líquido	Ativo	CGP	AH
		Permanente		
2019	61.384	562.513	-501.129	-
2020	-89.632	475.521	-565.153	-13%

Elaborado pelo autor.

Os resultados evidenciados por meio da Tabela 19 mostram que o capital de giro próprio da companhia, mesmo antes do período pandêmico não podia ser financiado por recursos próprios. Para o período sob análise, observa-se uma tendência de necessidade de captação de recursos externos, dado o resultado negativo apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho financeiro e o endividamento da Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP). Utilizou-se no estudo as técnicas de análise das demonstrações contábeis.

O estudo de caso apresentado realizou a aplicação de técnicas de análise em demonstrações contábeis Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP), entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria, cujo ramo de atuação é o desportivo.

Os objetivos propostos no estudo foram atendidos, visto que a análise das demonstrações contábeis foi realizada com êxito, por meio da descrição dos indicadores analisados, bem como por meio dos respectivos cálculos, e a consequente apresentação dos resultados por meio da verificação das notas explicativas divulgadas pela companhia.

Diante do cenário desafiador, gerado pela pandemia do Covid-19, muitos clubes de futebol tiveram que se ajustar à nova realidade. No caso da Sociedade Esportiva Palmeiras não foi diferente, pois quedas drásticas nas receitas e a redução nos investimentos ditaram o ano pandêmico. No caso em análise, constatou-se uma abordagem focada em estratégias que mantivessem a performance esportiva e o quadro de funcionários.

Trabalhos futuros relacionados a essa área de pesquisa poderiam investigar junto aos clubes de futebol quais as necessidades de análise que elas possuem, e que não são supridas por meio dos indicadores apresentados no presente estudo.

Por fim, é possível concluir que o endividamento da Sociedade Esportiva Palmeiras aumentou no período pandêmico em consequência de medidas adotadas para maximizar o desempenho esportivo e manutenção dos empregos na entidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Luiz. Análise das Demonstrações Contábeis. Santa Catarina: UFSC, 2013. 128 p.
- AZZOLIN, José Laudelino. Análise das Demonstrações Contábeis. Curitiba: IESDE, 2003. 292 p.
- BEUREN, Ilse Maria. et. al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. Lei nº LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasil, 15 dez. 1976.
- COELHO, C. U. F.; LINS, L. dos S. Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 01/11/2019. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro, Brasil: CPC, 10 dez. 2019.
- Comitê De Pronunciamentos Contábeis. 02/12/2011. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis, Brasil: CPC, 15 dez. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc. Acesso em: 24 de jul. 2022
- GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- HOOG, W. A, Z. Moderno Dicionário Contábil: Da Retaguarda à Vanguarda. 9. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2016.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 11. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017. 298 p.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopeia de sua Evolução. Revista Contabilidade & Finanças, São

- Paulo, v. 16, n. 38, p.7-19, ago. 2005. FAP/UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772005000200002>. Acesso em: 09/07/2022."
- IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; KANITZ, S. C.; RAMOS, A. de T.; CASTILHO, E.; BENNATI, L.; WEBER FILHO, E.; DOMINGUES JÚNIOR, R. Contabilidade Introdutória: Atualizada de acordo com as Leis Nº 11.638/07 e Nº 11.941/09. 11. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. Introdução à Contabilidade Gerencial. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial. Curitiba: IESDE, 2012. 376 p.
- PADOVEZE, C. L., BENEDICTO, G. C. de. Análise das Demonstrações Financeiras. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 3ª Ed.
- RIBEIRO, O. M. Estrutura e análise de balanços fácil. 9. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. Demonstrações contábeis e notas Explicativas. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.palmeiras.com.br/balanco-patrimonial/>. Acesso em: 1 jul. 2022.